



JORNAL OFICIAL

Quarta-feira, 4 de dezembro de 2019



Série

Número 207

Sumário

SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Despacho n.º 477/2019

Nomeia, em regime de substituição, no cargo de Chefe de Divisão de Acompanhamento, do Instituto para a Qualificação, IP-RAM, cargo de direção intermédia de 2.º grau, a licenciada em Direito, Dra. Cristina Paula Pereira Andrade Spínola.

SECRETARIA REGIONAL DE SAÚDE E PROTEÇÃO CIVIL

Aviso n.º 673/2019

Concurso interno de acesso geral para provimento de dois lugares na categoria de assessor da carreira dos técnicos superiores de saúde - ramo de engenharia sanitária, previsto e não ocupado no mapa de pessoal do Instituto de Administração da Saúde, IP-RAM (IASAÚDE), IP-RAM.

**SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA****Despacho n.º 477/2019**

Considerando que se verifica a vacatura do lugar de Chefe de Divisão, da Divisão de Acompanhamento, da Direção de Serviços do Fundo Social Europeu, do Instituto para a Qualificação, IP-RAM, em virtude da cessação da comissão de serviço do Dr. Manuel Ricardo Faisca Figueira, na sequência da sua nomeação para Diretor da Unidade Técnica de Gestão de Intervenções, do Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM;

Considerando a importância da missão e das atribuições cometidas a este Instituto e a consequente necessidade de assegurar o normal funcionamento do referido cargo, designadamente, na área do Acompanhamento, importa proceder à nomeação em substituição do seu titular até ao respetivo provimento definitivo, decorrente de procedimento concursal e conforme os artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com a redação dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e artigo 3.º-A, do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de abril, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2006/M, de 14 de julho e Decreto Legislativo Regional n.º 27/2016/M, de 6 de julho, que procedeu à sua adaptação e aplicação à Região Autónoma da Madeira;

Considerando a competência, experiência e qualificação profissionais, e o perfil adequado da licenciada em Direito, Dra Cristina Paula Pereira Andrade Spínola, para o exercício do cargo de Chefe de Divisão de Acompanhamento, do Instituto para a Qualificação, IP-RAM.

Nestes termos, ao abrigo do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, e artigo 5.º-B do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de abril, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2006/M, de 14 de julho e Decreto Legislativo Regional n.º 27/2016/M, de 6 de julho, que procedeu à sua adaptação e aplicação à Região Autónoma da Madeira, determino o seguinte:

1. Nomear, em regime de substituição, no cargo de Chefe de Divisão de Acompanhamento, do Instituto para a Qualificação, IP-RAM, cargo de direção intermédia de 2.º grau, a licenciada em Direito, Dra. Cristina Paula Pereira Andrade Spínola, cuja nota curricular consta em anexo ao presente despacho e dele faz parte integrante.
2. A presente nomeação produz efeitos, por urgente conveniência de serviço, a partir de 1 de dezembro de 2019.

Instituto para a Qualificação, IP-RAM, aos 27 dias do mês de novembro de 2019.

O SECRETÁRIO REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, Jorge Maria Abreu de Carvalho

Anexo do Despacho n.º 477/2019,
de 4 de dezembro

Nota Curricular

Dados Pessoais:

Nome: Cristina Paula Pereira de Andrade Spínola

Habilitações académicas:

Licenciatura em Direito

Atividade Profissional:

Exerceu funções como Diretora da Unidade de Apoio Jurídico, no Instituto do Desenvolvimento Regional, IP-RAM, da Vice-presidência do Governo Regional, desde 17/03/2017;

Exerceu funções como Chefe de Núcleo de Acompanhamento e Controlo, no Instituto do Desenvolvimento Regional, IP-RAM, da então Secretaria Regional das Finanças e Administração Pública, de 17/03/2016 até 16/03/2017;

Exerceu funções como Chefe de Núcleo de Controlo, no Instituto do Desenvolvimento Regional, IP-RAM, da então Secretaria Regional do Plano e Finanças, de 17/12/2012 até 16/03/2016;

Exerceu funções como Chefe de Núcleo de Acompanhamento e Controlo, no Instituto do Desenvolvimento Regional, da então Secretaria Regional do Plano e Finanças, de 27/10/2009 até 16/12/2012;

Entre 21/04/2005 e 26/10/2009 exerceu funções como Chefe de Divisão de Planeamento e Monitorização, no Instituto do Desenvolvimento Regional, da então Secretaria Regional do Plano e Finanças;

De 18/08/2003 a 20/04/2005, exerceu funções como Chefe de Divisão de Controlo, no então Instituto de Gestão de Fundos Comunitários, da Secretaria Regional do Plano e Finanças;

Exerceu funções como Chefe de Divisão de Gestão e Formação de Pessoal, no Centro de Segurança Social da Madeira, da então Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, de 01/06/2001 a 17/08/2003;

Nomeada em 15/07/1999, Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos, do quadro de pessoal da então Direção Regional de Formação Profissional, da Secretaria Regional de Educação, onde exerceu as inerentes funções até 31/05/2001;

Nomeada em 14/01/1999, Chefe de Divisão de Aproveitamento e Património, do quadro de pessoal da então Direção Regional de Formação Profissional, da Secretaria Regional de Educação, em regime de substituição por impedimento da titular, pelo período de 4 meses.

Desenvolvimento de funções relevantes para o cargo a que se candidatou:

Desde 17/03/2017 até 30/11/2019, desempenhou funções na Unidade de Apoio Jurídico, do IDR, IP-RAM, designadamente na: emissão de pareceres e prestação de informações de natureza jurídica suscitadas no âmbito das atividades do IDR, IP-RAM; preparação e acompanhamento dos procedimentos de contratação pública; participação na análise e preparação de projetos de diplomas legais relacionados com a atividade do IDR, IP-RAM, bem como participação na elaboração de contrato de delegação de competências dos instrumentos financeiros, e em outros documentos necessários à prossecução das atribuições do IDR, IP-RAM; análise de recursos hierárquicos e reclamações apresentadas pelos beneficiários no âmbito do Programa Intervir+ e Programa Madeira 14-20; coordenação de toda a atividade do Núcleo de Controlo (NC), em virtude deste serviço de apoio à Unidade de Apoio Jurídico, funcionar sob a dependência direta do respetivo diretor, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 3.º da Portaria n.º 79/2017, de 16 de março, designadamente na realização de verificações no local e da supervisão dos Organismos Intermédios; acompanhamento e articulação com as empresas de auditores externos na realização de supervisão dos organismos intermédios e de verificações no local; acompanhamento dos trabalhos inerentes aos exercícios de contraditório das ações de auditoria e de certificação, do Programa Madeira 14-20; análise dos relatórios finais de auditoria e certificação e coordenação do processo de envio e de acompanhamento da implementação das recomendações.

Entre 17/12/2012 e 16/03/2017, desempenhou funções inerentes ao Núcleo de Controlo/Núcleo de Acompanhamento e Supervisão, do IDR, IP-RAM, designadamente na: realização de verificações no local nos Programas Intervir+, Rumos e Eixo IV do POVT; articulação e acompanhamento do trabalho dos auditores externos durante a execução das verificações no local e supervisão dos organismos intermédios dos Programas Intervir+ e Rumos; atualização dos Manuais de Procedimentos de Verificações de Operações dos Programas Intervir+ e Rumos; elaboração da Descrição do Sistema de Gestão e Controlo e do Manual de Procedimentos da Autoridade de Gestão do Programa Madeira 14-20, do Portugal 20-20, relativamente às verificações no local e à supervisão dos organismos intermédios; elaboração de orientação técnica sobre conflito de interesses, no âmbito do Programa Madeira 14-20; coordenação na elaboração do plano de verificações no local do Programa Madeira 14-20 e acompanhamento da sua execução; acompanhamento dos trabalhos inerentes aos exercícios de contraditório no âmbito das ações de auditoria e de certificação, no âmbito do Programa Madeira 14-20; análise dos relatórios finais de auditoria e certificação e coordenação do processo de envio e de acompanhamento da implementação das suas recomendações; participação em diversas reuniões do grupo de trabalho de desenvolvimento do Sistema de Informação do FSE (SIFSE), em representação da Autoridade de Gestão do Programa Madeira 14-20, com a Agência para o Desenvolvimento & Coesão, IP e demais representantes dos outros Programas Operacionais no âmbito do FSE; colaboração na operacionalização do SIFSE, nos módulos de submissão dos pedidos de pagamento, bem como na realização das primeiras verificações administrativas, o que veio permitir a primeira Certificação de Despesa no FSE do Programa Madeira 14-20.

De 27/10/09 a 16/12/2012, desempenhou funções inerentes ao Núcleo de Acompanhamento e Controlo, do IDR, designadamente na: realização de verificações no local no Programa Rumos; na realização das supervisões dos organismos intermédios do Programa Rumos; articulação e acompanhamento do trabalho dos auditores externos durante a execução das verificações no local e supervisão dos organismos intermédios do Programa Rumos; atualização dos Manuais de Procedimentos de Verificações de Operações dos Programas Intervir+ e Rumos.

De 21/04/2005 a 26/10/2009, desempenhou as funções inerentes ao Núcleo de Planeamento e Monitorização, no então IGFC, designadamente na: colaboração na gestão das atividades de controlo, tendo em vista a prossecução dos objetivos de controlo de primeiro nível do POPRAM III, do QCA III e do acompanhamento no âmbito do QREN; coordenação na elaboração dos Planos Anuais de Controlo de primeiro nível, de 2006 a 2009, relativos aos quatro Fundos Estruturais e de Fundo de Coesão; participação em várias ações de controlo de primeiro nível, nas componentes FEDER, FEOGA-O e IFOP, nomeadamente no que concerne à verificação do cumprimento das regras dos mercados públicos; coordenação na atualização das Pistas de Controlo desde 2005 a 2009; participação na atualização dos sistemas de informação de apoio ao controlo; acompanhamento e colaboração com os auditores da Comissão Europeia, bem como das respetivas entidades de controlo do QCA III, do Tribunal de Contas e ainda das auditores internos e externos de certificação do Sistema de Gestão da Qualidade do IDR; articulação e acompanhamento do trabalho dos auditores externos durante a execução das ações de controlo, particularmente no âmbito do trabalho relativo à materialidade do erro no FSE;

colaboração na elaboração dos Manuais de Procedimentos de Verificações de Operações dos Programas Intervir+ e Rumos, do QREN.

De 18/08/2003 a 20/04/2005, desempenhou funções inerentes à Divisão de Controlo, designadamente na: coordenação na elaboração dos Planos Anuais de Controlo de primeiro nível, de 2003 a 2005, relativos aos quatro Fundos Estruturais (FEDER, FSE, FEOGA-O e IFOP) do POPRAM III (QCA III) e de Fundo de Coesão; coordenação na atualização das Pistas de Controlo de 2003 e 2004; participação na atualização dos sistemas de informação de apoio ao controlo (SIGIFE e SIIFSE); participação em ações de controlo (no IFOP, no FEDER e no FEOGA-O), nomeadamente no que concerne à verificação do cumprimento das regras dos mercados públicos.

De 06/05/96 a 31/05/2001, exerceu funções no Gabinete de Apoio Jurídico, da então Direção Regional de Formação Profissional, como Consultora Jurídica, designadamente na: elaboração de procedimentos de contratação pública tendo em vista a aquisição de bens e serviços e de empreitadas de obras públicas; elaboração de diplomas legais nomeadamente nas áreas de formação profissional e do Fundo Social Europeu; emissão de pareceres jurídicos sobre diversas matérias, nomeadamente no âmbito da formação profissional e do FSE.

Formação Profissional:

Ações de Formação:

“Curso de Informática - MS Office - Windows 95”; “Direito da Função Pública”; “Curso de Formação de Formadores”; “Curso de Técnicos Superiores Estagiários - I, II III Módulos”; “O Contencioso Comunitário”; “O Direito Disciplinar na Administração Pública”; “Jornadas de Direito Comunitário”; “Fundos Estruturais Comunitários”; “O Regime da Realização das Despesas Públicas”; “O Regime Jurídico das Despesas Públicas”; “Negociação Estratégica”; “Comportamento de Sucesso do Gestor Eficaz”; “O Concurso de Pessoal na Administração Pública”; “O Novo Estatuto do Pessoal Dirigente”; “Gestão da Mudança e Trabalho em Equipa”; “Processamento de Abonos e Regalias Sociais”; “Novo Regime de Carreiras na Administração Pública”; “Código do Procedimento Administrativo”; “Curso de Especialização para Auditores do Sistema Nacional de Controlo do QCA III”; “Liderança, Gestão e Motivação de Equipas”; “Base de Dados da Intranet”; “O Concurso de Pessoal na Administração Pública - TS”; “Auditorias Internas da Qualidade: Metodologias de Aplicação”; “Contratação Pública”; “FORGEP - Formação em Gestão Pública”; “SIADAP 123 RAM”; “Contratação pública na RAM”; “Finanças para não Financeiros”; “Aperfeiçoamento em Informática (Word e Excel)”; “Contratação Pública”; “Excel 2010 Avançado”; “Elaboração de Leis e Regulamentos”; “O Código dos Contratos Públicos”; “Responsabilidade Civil, Disciplinar, Criminal e Financeira na Administração Pública”; “O Novo Código do Procedimento Administrativo e Reforma do Direito Processual Administrativo”; “Código do Procedimento Administrativo”; “A Auditoria - Normas de Auditoria, Planeamento, Técnicas, Relatos”, “Custos Simplificados e Indicadores”, “Entrevista de Avaliação de Competências”, “Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados - na Perspetiva da Gestão de Recursos Humanos”, “Contratação Pública à Luz do Código dos Contratos Públicos revisto - Entidades Adjudicantes”, “Auxílios de Estado - - Noção, Auxílios de Minimis e RGIC”, “Auxílios de Estado - - PME’s, Financiamento de risco, Investigação, Desenvolvimento e Inovação, Ambiente e Energia” e “Auxílios de Estado”.

Seminários:

“Certificação Profissional - Realidade da Região Autónoma da Madeira”, “Implicações do Euro da Contabilidade e na Fiscalidade”, “Formação Profissional: Que Percursos”, “A Formação em Segurança e Higiene no Trabalho”, “A União Europeia no Desenvolvimento Regional - A Importância das Eleições Europeias”, “O Concurso Público e Outros Procedimentos de Contratação Pública”, “Divulgação do Programa Leonardo da Vinci”; “Novo Regime Jurídico de Empreitadas de Obras Públicas - Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março”, “Formação em Debate - Reflectir para Inovar”; “Desformalização e Simplificação de Procedimentos/Campanhas dos Actos Notariais”; “Apresentação da Avaliação Intercalar do POPRAMIII”; “Orientações sobre o Encerramento do POPRAM III”; “Sessão de Divulgação do Eixo I do Programa Rumos e do Sistema Integrado de Informação do Fundo Social Europeu”; “Novo Código da Contratação Pública: As Grandes Mudanças”; “Seminário de resultados do Programa INTERREG III -B - Açores, Madeira e Canárias - 2000-2006”; “Seminário de lançamento do Programa de Cooperação Transnacional da Madeira, Açores e Canárias - 2007-2013”; “Código dos Contratos Públicos”; “A Europa e as Regiões: Presente e Futuro”; “Novos mercados para as PME - como participar em concursos públicos internacionais”; “Desenvolvimento da Inteligência Emocional”; “Sensibilidade sobre Segurança da Informática”; “Avaliação do QREN 2007-2013”; “Orçamento do Estado para 2013” e “Métodos Simplificados de Custos 2014-2020”; “Regime da Contratação Pública Aplicável aos Projetos cofinanciados pelo FSE: aspetos mais relevantes”; “A Gestão de Projetos cofinanciados pelo FSE: prevenir inconformidades”; “Programas Operacionais da RAM 2007-2013”; “A Intervenção JESSICA”; “Ação de Sensibilização sobre o Sistema de Gestão do IDR”; “Inovações Fiscais para 2015”; “Cerimónia de Lançamento do Programa Madeira 14-20”; “Sessões de Trabalho do Fundo Social Europeu: Custos Simplificados nos Programas Operacionais do Portugal 2020”; “SNC 2016 - O que vai mudar?”; “Estudos da Viabilidade Financeira - Verificações no Local e Auditorias”; “Projetos Cofinanciados pelo POSEUR”; “Contratação Pública - Ciclo Manhãs de Direito”; “Contratação Pública e Contencioso Pré-Contratual à Luz do Código dos Contratos Públicos” e “Conferências integradas na MadCyberWeek”.

**SECRETARIA REGIONAL DE SAÚDE E
PROTEÇÃO CIVIL**

INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO DA SAÚDE, IPRAM

Aviso n.º 673/2019

Concurso interno de acesso geral para provimento de dois lugares na categoria de assessor da carreira dos técnicos superiores de saúde - ramo de engenharia sanitária, previsto e não ocupado no mapa de pessoal do Instituto de Administração da Saúde, IP-RAM (IASAÚDE, IP-RAM).

- 1 - Para os devidos efeitos faz-se público que, por despacho de Sua Excelência o Secretário Regional da Saúde, de 1 de outubro de 2019, e mediante autorização prévia de Sua Excelência o Vice-Presidente do Governo Regional de 19 de setembro de 2019, e nos termos do Decreto-Lei

n.º 414/91, de 22 de outubro, com as alterações que lhe foram conferidas pelos Decretos-Leis n.ºs 241/94, de 22 de setembro, 501/99, de 19 de novembro, e 213/2000, de 2 de setembro, se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias contados a partir da data da publicação deste aviso no *Jornal Oficial* da Região Autónoma da Madeira, o concurso interno de acesso geral para preenchimento de dois lugares de assessor da carreira de técnicos superiores de saúde - ramo de engenharia sanitária, do mapa de Pessoal do Instituto de Administração da Saúde, IP-RAM.

- 2 - Legislação aplicável - o presente concurso rege-se pelo disposto nos Decretos-Leis n.ºs 427/89, de 7 de dezembro, e 414/91, de 22 de outubro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 241/94, de 22 de setembro, 501/99, de 19 de novembro, 213/2000, de 2 de setembro, e Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.
- 3 - Validade do concurso - o concurso é aberto apenas para as vagas existentes, caduca com o respetivo preenchimento, nos termos do n.º 4, do artigo 8.º, do Decreto-Lei n.º 213/2000, de 2 de setembro.
- 4 - Conteúdo funcional - compete ao assessor da carreira dos técnicos superiores de saúde a prossecução dos objetivos enunciados no n.º 2, do artigo 11.º, do Decreto-Lei n.º 414/91, de 2 de outubro, com a nova redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 501/99, de 19 de novembro.
- 5 - Método de seleção - o acesso à categoria de assessor faz-se nos termos do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 414/91, de 2 de outubro, com a nova redação dada pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 501/99, de 19 de novembro, ou seja mediante discussão pública de um trabalho no âmbito da respetiva área técnico-científica, relacionado com a natureza do lugar a prover, dos interessados, a que podem candidatar-se os assistentes principais com, pelo menos, três anos de serviço classificados de *Bom*. A classificação final será a resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = \frac{CT + DT}{2}$$

- 6 - Requisitos de admissão a concurso:

- 6.1 Requisitos gerais - os referidos no artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 213/2000, de 2 de setembro.
- 6.2 Requisitos especiais - os previstos no n.º 2, do artigo 7.º, do Decreto-Lei n.º 414/91, de 22 de outubro, com a nova redação dada pelo Decreto-Lei n.º 501/99, de 19 de novembro, ou seja, o acesso à categoria de assessor efetua-se mediante concurso de discussão pública de um trabalho no âmbito da respetiva área técnico-científica, relacionado com a natureza do lugar a prover, dos interessados, a que podem candidatar-se os assistentes principais com, pelo menos, três anos de serviço classificados de *Bom*.

- 7 - Regime de trabalho - trinta e cinco horas semanais.
- 8 - Local de trabalho - O local de trabalho situa-se nas instalações do Instituto de Administração da Saúde, IP-RAM, sito à Rua das Pretas, n.º 1, 904-515 Funchal.
- 9 - Formalização das candidaturas:
- 9.1. Forma: As candidaturas devem ser formalizadas, mediante requerimento, dirigido ao Presidente do Júri do Procedimento Concursal, e entregue no Serviço de Expediente, sito à Rua das Pretas, n.º 1, 2.º andar, 9004-515 Funchal, das 9:00h às 12:00h e das 14:30h às 17.00h ou remetidas por correio registado e com aviso de receção, expedido até ao termo do prazo fixado, para o mesmo endereço.
- 9.2. Do requerimento devem constar os seguintes elementos:
- Identificação completa do requerente (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, residência, telefone, número e data de validade do bilhete de identidade/cartão de cidadão, número de contribuinte fiscal e situação militar, se for caso disso);
 - Habilitações literárias e profissionais;
 - Fotocópia da cédula profissional passada pela Ordem dos Engenheiros;
 - Pedido de admissão ao concurso com indicação do número do *Jornal Oficial* da Região Autónoma da Madeira, série e data onde foi publicado o presente aviso de abertura do concurso;
 - Indicação dos documentos que instruem o requerimento;
 - Quaisquer outros elementos que os candidatos entendam dever apresentar para apreciação do seu mérito.
- 9.3. O requerimento de admissão deve ser acompanhado da seguinte documentação:
- Documento comprovativo das habilitações literárias e profissionais;
 - Declaração emitida pelo serviço a que o candidato pertence da qual constem, de maneira inequívoca, a natureza do vínculo à função pública, a categoria, a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública e a classificação de serviço referente aos últimos três anos;
- 10 - O júri pode exigir a qualquer dos candidatos, no caso de dúvida sobre a situação que descreve, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.
- 11 - As falsas declarações prestadas nos requerimentos pelos candidatos são punidas nos termos da lei penal e constituem infração penal.
- 12 - Em cumprimento da alínea h), do artigo 9.º, da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.
- 13 - O presente aviso será publicitado na Bolsa de Emprego Público da Região Autónoma da Madeira (BEP-RAM) (<https://bep.madeira.gov.pt>), até ao segundo dia após publicação no JORAM, na página eletrónica do IASAÚDE, IP-RAM (por extrato), em (<http://iasaude.pt/index.php/recursos-humanos/rh/recrutamento>), a partir do dia seguinte à publicação no JORAM.
- 14 - Os critérios de avaliação a aplicar na seleção dos candidatos ao concurso acima referido constam da ata de reunião do júri do concurso, estará disponível na página eletrónica do IASAÚDE, IP-RAM, em (<http://iasaude.pt/index.php/recursos-humanos/rh/recrutamento>).
- 15 - Composição do júri - o júri será constituído pelos seguintes elementos:
- Presidente:
- Eng.ª Maria das Dores Silva Rodrigues Vacas, assessora superior da carreira técnica superior de saúde, ramo de engenharia sanitária, do Instituto de Administração da Saúde, IP-RAM.
- Vogais efetivos:
- Eng.ª Cândida Maria Guerreiro do Nascimento Pité Madeira, assessora superior da carreira técnica superior de saúde, ramo de engenharia sanitária, da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP, que substituirá a presidente nas suas faltas e impedimentos;
 - Eng.ª Vera Lúcia Pedro Coelho dos Santos Verissimo Noronha, assessora superior da carreira técnica superior de saúde, ramo de engenharia sanitária, da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP.
- Vogais suplentes:
- Dra. Maria do Carmo Pereira César Faria, da carreira técnica superior saúde - ramo de nutrição, do Instituto de Administração da Saúde, IP-RAM;
 - Dra. Alicia Susete Viveiros Freitas Moniz, da carreira técnica superior - área de psicologia clínica e da Saúde, do Instituto de Administração da Saúde, IP-RAM.

Funchal, 2 de dezembro de 2019.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETIVO DO IASAÚDE,
IP-RAM, Herberto Jesus

CORRESPONDÊNCIA

Toda a correspondência relativa a anúncios e assinaturas do Jornal Oficial deve ser dirigida à Direção Regional da Administração da Justiça.

PUBLICAÇÕES

Os preços por lauda ou por fração de lauda de anúncio são os seguintes:

Uma lauda.....	€15,91 cada	€15,91;
Duas laudas.....	€17,34 cada	€34,68;
Três laudas.....	€28,66 cada	€85,98;
Quatro laudas.....	€30,56 cada	€122,24;
Cinco laudas.....	€31,74 cada	€158,70;
Seis ou mais laudas.....	€38,56 cada	€231,36

A estes valores acresce o imposto devido.

EXEMPLAR

ASSINATURAS

Números e Suplementos - Preço por página € 0,29

	Anual	Semestral
Uma Série.....	€27,66	€13,75;
Duas Séries.....	€52,38	€26,28;
Três Séries.....	€63,78	€31,95;
Completa.....	€74,98	€37,19.

A estes valores acrescem os portes de correio, (Portaria n.º 1/2006, de 13 de janeiro) e o imposto devido.

EXECUÇÃO GRÁFICA
IMPRESSÃO
DEPÓSITO LEGAL

Departamento do Jornal Oficial
Departamento do Jornal Oficial
Número 181952/02

Preço deste número: € 1,83 (IVA incluído)